

EFETIVIDADE DOS PROJETOS SOCIAIS A PARTIR DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO UMA FORMA DE EMPODERAMENTO PARA OS AGRICULTORES NO MEIO RURAL DE ITABAIANA-SE

José Carlos dos santos¹
Givaldo Santos de Jesus²

Resumo

Com o intuito de explicar a atuação das políticas públicas que visam o desenvolvimento rural, direcionadas as classes mais pobres, é necessário perceber o papel do Estado como agente que viabiliza o processo de descentralização dos recursos sociais. O objetivo deste trabalho é analisar as ações desenvolvidas pelo Estado, no que se refere às políticas públicas a partir do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável. A metodologia se orienta pela pesquisa qualitativa, ancorada dados quantitativos por meio trabalho de com o subsídio de fontes secundárias como o IBGE e o censo agropecuário, assim como as leituras de estudiosos do meio rural e de políticas públicas. Consequentemente, conselhos gestores são novos instrumentos de expressão, representação e participação social. Portanto, o estudo pode proporcionar novos olhares sobre a realidade rural, assim como, estratégias de intervenção pública, fornecendo elementos que contribuam para a inclusão dos pequenos agricultores produtores no sistema produtivo diante dos desafios presentes no espaço geográfico estudado.

Palavras chaves: Gestão Social, Meio Rural e Políticas Públicas

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa vem contribuir com o debate sobre o processo de gestão social das políticas públicas com o intuito de gerar novos olhares sobre a agricultura familiar do município de Itabaiana, com destaque analítico para os desafios que tem sido enfrentado pelos atores sociais inseridos nesse processo, consistindo em analisar a importância e as contradições das políticas públicas de combate à pobreza rural no município a partir da área de atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDS).

Nestes termos, o objetivo deste trabalho é analisar as ações desenvolvidas pelo Estado, no que se refere às políticas públicas por meio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável que visam garantir a gestão e o monitoramento social, tendo como função

¹ Mestrando em Geografia pelo o programa de pós-graduação em Geografia da universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS) e membro do grupo de pesquisa sobre a dinâmica rural e regional (GDRR/ CNPq/ UFS) E-mail: jcsantos_46@yahoo.com.br.

² Graduado em História, mestre e doutorando em geografia pelo o programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS) e pesquisador dos grupos de pesquisas sobre “Transformações do mundo rural (GEPRU/PPGEO/UFS/CNPq) e também do grupo de pesquisa sobre Dinâmica Rural e Regional (GDRR/UFS/CNPq). E-mail: givaldodgeohistoria@yahoo.com.br.

possibilitar a descentralização do poder público como uma forma de diminuir as desigualdades sociais, realizando o empoderamento da população rural do mesmo município.

No entanto, a metodologia está alinhada em autores regionais como é o caso de Carvalho e Costa (2010) em seu estudo que vem contribuir sobre as cadeias de produção agrícolas do município de Itabaiana contribuindo para o entendimento sobre o tocante agrário sergipano, já no âmbito nacional estão presentes autores que estudam as transformações da realidade, por meio de processos organizacionais como Buarque (2002) que entende o desenvolvimento local como uma forma de descentralizar o poder de maneira mais equitativa, e também Franco (2000) que associa a importância sistematizar os padrões políticos pra uma formar de promover o desenvolvimento em padrões sistêmico

Desta forma, o trabalho vem demonstrar a necessidade da intervenção do Estado na transformação do meio rural através das políticas públicas por meio de um processo de gestão social, a fim de capacitar os agricultores para que possam assumir o compromisso e a responsabilidade de organizar uma nova geração de agricultores mais autoconfiantes, tecnicamente com mais competência para viver sem a dependência das políticas públicas oriundas do governo.

De acordo com os dados do IBGE (2016), Itabaiana possui uma População estimada de 94.393 ocupando uma área da unidade territorial 2015 (km²) 335,760 correspondendo a uma densidade demográfica de 258,30 (hab./km²). As principais atividades desenvolvidas no meio rural estão ligadas a agropecuária, (com destaque para a criação de bovinos, suínos e caprinos), destaca-se ainda na produção de hortifrutigranjeiros.

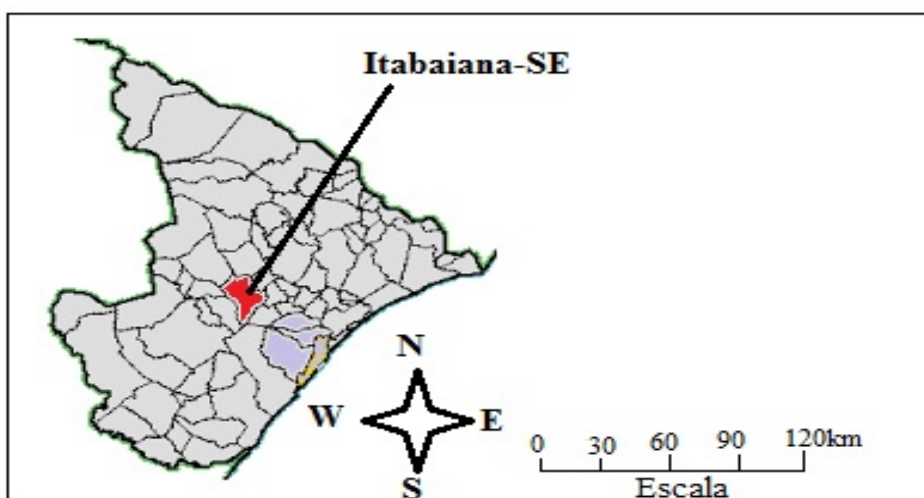


Figura 01: localização do Município de Itabaiana-SE
 Fonte: IBGE, 2015; Adaptado por José Carlos dos Santos.

O município de Itabaiana encontra-se localizado na porção central do estado de Sergipe, e faz parte da microrregião do Agreste de Itabaiana e devido, a sua localização tornou-se uma área importante para o estado de Sergipe como destaca Carvalho e Costa apud Nascimento & Mendes (2015), segundo esses autores o município ganhou destaque nessa área do estado em virtude do fluxo de pessoas, que se deslocavam do Norte para o Sul de Sergipe com a finalidade de comercializar produtos, por isso muitos fixaram moradia no município para facilitar o deslocamento.

Dessa forma, o município de Itabaiana é caracterizado por possuir uma dinâmica econômica que se destaca em relação aos demais municípios da microrregião, dessa maneira, esse comportamento acaba afetando o espaço geográfico do Agreste de Itabaiana, conseqüentemente o meio rural. Exceto Itabaiana, os municípios da microrregião, ainda possuem sua população residindo predominantemente no meio rural, mesmo diante do processo de esvaziamento do campo brasileiro apontado em MENDES (2012), por essa razão, torna-se necessário analisar esses municípios e compreender o comportamento de seus agricultores, já que, devido à atuação de carro chefe do município de Itabaiana, o seu poder de atração pode influenciar o desenvolvimento da pluriatividade nos municípios situados no seu em torno.

Para tanto, com esses elementos torna-se possível verificar as condições de reprodução das unidades familiares, e a dinâmica que envolve a área onde se encontram localizadas, ou seja, a microrregião do Agreste de Itabaiana, onde para compreender a realidade e as possibilidades dos agricultores familiares dos municípios em questão. Mas também é preciso entender e relacionar os elementos sociais, econômicos e culturais presentes nas relações estabelecidas.

A Importância do Estado para o Desenvolvimento Local

Desde as últimas décadas do século XX, as políticas públicas voltadas para o espaço rural têm criado mecanismos institucionais que incentivam a participação dos atores sociais. O tema da participação, em seus múltiplos significados, ganha, assim, importância crescente no debate contemporâneo sobre desenvolvimento. O protagonismo dos atores tem sido colocado como um elemento essencial na perspectiva do desenvolvimento rural e do fortalecimento da agricultura familiar, sendo praticamente um consenso nos discursos de

gestores públicos, movimentos sociais, entidades não governamentais e organismos internacionais.

O debate a respeito da efetividade da democracia representativa e descentralização direta do poder vem de longo tempo melhorando, apesar, ainda, ter apresentado falhas, assim, questionam-se as possibilidades reais de uma democratização social e aponta-se, frequentemente, a necessidade de uma combinação entre as duas instâncias, o estado através do CMDS e a população para atingir melhores resultados para a sociedade.

Para Franco (2000), a ascensão do pensamento sistêmico, o estudo dos padrões, das redes e dos sistemas complexos, enfim, a emergência de auto-organização, têm revelado que em sistemas em que predominam fortes desigualdades sociais podem se desenvolver processos surpreendentes de amplificação de pequenos estímulos por meio de laços de realimentação e reforço, em que eventuais instabilidades podem gerar novas formas de organização. Além disso é indispensável a presença de um sistema educacional descentralizado possibilitando uma melhor relação entre Estado e sociedade. Já quer, em país que é caracterizado pelas grandes desigualdades sociais como é caso do Brasil, a educação é algo imprescindível nesse processo de reinserção social por meio das políticas públicas de desenvolvimento local formando pessoas capazes de se inserir no mercado de trabalho.

Assim como, os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (CMDS) tornam-se uma forma na qual os atores sociais tenham a oportunidade de ter espaço para expressar suas opiniões e sugestões para que possam participar diretamente das decisões sobre as políticas públicas nas quais estes são beneficiados, colaborando assim com as propostas e estratégias de desenvolvimento. Nestes termos, a gestão social no meio rural torna-se tema relevante por se tratar de relações e políticas do Estado do através Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDS) com a comunidade que faz parte das associações rurais, com a finalidade de proporcionar o empoderamento aos atores sociais. Dessa forma, torna se relevante a busca por um espaço mais democrático para que os agricultores familiares possam se integrar no mercado consumidor de forma competente a fim de conseguir se reproduzir em médio prazo sem depender das políticas compensatórias do governo.

Ultimamente, tem-se falado muito em globalização e em políticas neoliberais. Para Schmidt, e Turnes (2003), a globalização levaria a uma homogeneização Cultural, e as políticas neoliberais, a uma possível homogeneização técnico-produtiva. Apesar de ser necessário reconhecer o peso desse processo e dessas políticas, bem como, as tendências

homogeneizadoras que deles decorrem, também é necessário destacar que a realidade aponta para as adversidades. Assim, para os autores citados, deve-se ter em conta que, junto ao processo de globalização, existem também os processos de fragmentação e de valorização das características diferenciadoras, expressas no reforço de identidades locais ou regionais, ligadas, em geral, às políticas ambientais ou culturais.

E o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável tem um papel relevante nessa perspectiva de desenvolvimento rural e, conseqüentemente no fortalecimento da agricultura familiar, por ser um órgão de funcionamento permanente e responsável por dar um suporte logístico para a comunidade agrícola, a qual não tem o aparato jurídico para reivindicar seus direitos perante o Estado. Diante disso, a entidade pública do Conselho consegue angariar recursos através da aprovação de projetos que venham beneficiar toda a comunidade que esteja cadastrada em associações, pois é o critério necessário para que o agricultor familiar seja beneficiado e consiga ser imponderado socialmente. Dessa maneira, possibilitará a integração do agricultor as oportunidades no mercado de trabalho para que estes vivam sem depender das políticas compensatórias do governo para garantir sua reprodução familiar.

De acordo com, Accarini (2002) cabe as políticas públicas a execução do processo de desenvolvimento, e nesse sentido o papel de organizar o cenário de progresso em sintonia com a sociedade e as forças produtivas e desempenhar com eficiência aquelas funções que não podem ser transferidas a iniciativa privada como educação, capacitação Infraestrutura social e etc.

Mas também, igualmente é importante fazer com este fluxo de comunicação se estabeleça também do conselho para o governo federal, atrelando demandas sociais com ofertas governamentais. Outra questão que se desdobra em desafio a gestão social dos é a falta de estrutura do grupo gestor para conduzir ao processo, de controle social nos territórios por meio das políticas públicas que não vem se fortalecendo pelo fato de não existir uma comunicação efetiva entre o colegiado e os agricultores, permitindo a falta de repasse das informações sobre as deliberações dentro desta instância representativa. (MENDES & SANTOS, 2015, p.8).

Por isso muitos temas são pautados apenas no grupo gestor, não passando pela discussão e, ou a deliberação da instância máxima o colegiado em que há a falta de estrutura dos espaços de participação social, pode refletir na incapacidade de acompanhamento e

monitoramento dos projetos territoriais. Com relação à elaboração dos projetos territoriais ambos os espaços não têm se atentado a questões técnicas, dedicando muito tempo ao debate político e não para a questão social dos agricultores. É importante salientar que a aprovação dos projetos da gestão social é realizada no sentido de amenizar os conflitos que existe por causa da deficiência técnica das organizações de agricultores familiares e das administrações municipais.

Conselhos Municipais como uma forma de Democratizar as Políticas Públicas no Meio Rural

De acordo com Buarque (2002), que associa a descentralização ao fortalecimento do poder local e, assim, entende esta associação como um fator decisivo para a participação e para a democratização do processo decisório, sem ignorar sua importância para a própria educação política da sociedade. O autor compreende que a descentralização também contribui, no sentido de atuar, sobre a efetividade das iniciativas e ações do planejamento para o êxito das políticas públicas.

Sendo assim, em relação ao comprometimento dos atores locais, fica claro que mobilizar e publicizar são papéis do Estado e que isso poderá ser feito pelo assessor que

representaria este, e que não teria compromissos diretos com o poder local. Uma política que pretenda ser descentralizada necessita, além de ser adequadamente divulgada, ser formulada levando em conta a necessidade de um tempo hábil para que haja a sensibilização e as articulações políticas antes de iniciar sua execução.

Sob este olhar, a descentralização é concebida por Buarque (2002) como a transferência de autoridade e do poder decisório de instâncias agregadas para unidades espacialmente menores, entre quais o município e as comunidades, de decisão e autonomia de gestão às unidades territoriais entre instâncias públicas instituições privadas. O mesmo autor diferencia também os conceitos de descentralização e desconcentração, sendo este último interpretado como as transferências de responsabilidades executivas para unidades menores, mas sempre do poder decisório e autonomia de escolha.

Em um país que apresenta como marca histórica à desigualdade social as políticas públicas são como uma tentativa de amenizar os efeitos danosos de uma sociedade excludente, os recursos dessas políticas compensatórias são geridos pelos conselhos municipais de desenvolvimento (CMDS) que são órgãos responsáveis pela gestão social no espaço rural na busca pelo o empoderamento social das pessoas que ali vivem. Durante muito tempo, o desenvolvimento rural foi associado ao conjunto de ações do Estado e dos organismos internacionais destinadas a intervenções nas regiões rurais pobres que não conseguiam se integrar ao processo de modernização agrícola via substituição de fatores de produção considerados atrasados (NAVARRO,2001).

A expressão empoderamento dos pobres e de comunidades se dá pela conquista da autonomia plena dos direitos de cidadania, ou seja, capacidade de ator individual ou coletivo de usar seus recursos econômicos sociais e culturais para atuar com responsabilidade no espaço público na defesa de seus direitos, influenciando as ações do Estado na distribuição dos serviços e com seus recursos (ROMANO, 2002).

Com as transformações econômicas que resultaram nas políticas dos anos 1990, as regiões brasileiras vem operar como laboratório social das políticas de desenvolvimento rural por serem principalmente na região Nordeste, por ser considerada a região economicamente marginalizada pelo processo de modernização agrícola, centralizado nas demais regiões brasileiras e explorado por várias décadas. Em parte, esta discussão foi sintetizada por Schneider (2010), quando analisou o desenvolvimento rural no seu contexto histórico

abordando que “está forte identificação do desenvolvimento rural com a agenda das ações de intervenção do Estado ou das agências de desenvolvimento acabou afastando muitos pesquisadores e estudiosos deste tema, por considerá-lo excessivamente político e normativo em meio rural que busca seu desenvolvimento

Visto como parte crucial no processo de gestão social, a ação-conjunta entre o Estado e as instituições acadêmicas vindo desempenhar um papel muito importante, pois é através do poder público que acontece a consolidação e o fortalecimento das ações que irão promover as melhorias para os atores sociais possibilitando um empoderamento social nas vidas destas populações que vivem nos estados brasileiros através dos sindicatos rurais. De modo que, são uma forma de assegurar os direitos dos agricultores familiares que se encontram como uma classe que necessita de recursos públicos.

Desta forma, no que tange o meio rural, a modernização da agricultura acentuou a diferenciação social, o desenraizamento de agricultores, ocasionando em uma perda de identidade, sendo preciso procurar meios para reconstruir suas relações sociais e de trabalho em uma sociedade refratária à oferta de empregos e mão de obra (BRANDENBURG, 1999, p. 20). Sendo assim, o debate a respeito da efetividade da democracia representativa e da descentralização direta do poder vem de longo tempo, melhorando apesar de que ainda tem apresentado falhas, questionam-se as possibilidades reais de uma democratização social aponta-se, frequentemente, a necessidade de uma combinação entre as duas instâncias o estado através do (CMDs) e a população para atingir melhores resultados para a sociedade.

Esta pesquisa deixa-nos a entender que, o meio rural brasileiro, através de uma perspectiva que vê o rural como parte integrante do desenvolvimento que, “longe de passar pela ignorância de um rural fadado a desaparecer e a se dissolver no urbano, supõe duas dinâmicas paralelas, uma rural, outra urbana, complementares e construindo-se e desconstruindo uma à outra.” como destaca (ABRAMOVAY, 2001).

O rural em relação contínua com o urbano com o qual partilha semelhanças e continuidades, mas cujo processo de inter-relação e interpenetração não destrói as suas particularidades nem representa seu fim; ao contrário, trata-se de um rural que atualmente se constitui como espaço que emerge para o desenvolvimento por meio do empoderamento social. O trabalho destaca-se pela importância de analisar o processo de gestão social das políticas públicas com o intuito de fomentar a vida dos agricultores familiares do município com seus desafios e impactos enfrentados pelos atores sociais inseridos neste processo.

De forma que, um dos principais desafios a serem destacados nos conselhos rurais é sobre a cultura institucional da desigualdade social que irá necessitar de órgãos públicos para induzir o desenvolvimento. No entanto, para isso acontecer tem que ser identificado a presença massiva da representação da sociedade civil, a influência tanto na elaboração das ações territoriais e formulação desses projetos.

Com isso, verificou-se, a dificuldade da maioria dos agricultores em apresentar racionalidade econômica para retratar os ganhos oriundos das atividades agrícolas, diante da diversidade das rendas encontradas nesses domicílios, assim acabam não sabendo a verdadeira importância da atividade agrícola na sustentação do domicílio. Nesses termos, o estudo pode proporcionar novos olhares sobre a realidade rural, assim como, estratégias de intervenção pública, fornecendo elementos que contribuam para a inclusão dos pequenos produtores no sistema produtivo diante dos desafios presentes no espaço geográfico estudado, ao tempo que amplia o debate acadêmico e político a respeito das políticas de desenvolvimento rural nos dias atuais. O resultado é que os planos acabam refletindo uma visão muito superficial e restrita do município de Itabaiana. Como consequência, as ações desencadeadas a partir deles, também, fica às proposições adicionais dos agentes. Ou seja, são reproduzidos os limites de se pensar o desenvolvimento apenas nos marcos da agricultura, do município e de maneira reativa ao entendimento que os próprios agentes têm dos problemas.

Neste sentido, em relação à transferência de informação, entende-se que a mesma deve começar antes do início do programa, seja realizada por profissionais da área e não com pessoas que recebem o cargo por indicação política para que, dessa forma, haja certo nivelamento de informações quando o conhecimento dos conselheiros sobre gestão de políticas for muito diferenciado, para que seja evitada a padronização de conteúdo, pois as realidades e a capacidade de absorção de cada pessoa são diferentes, sendo um processo de formação continuado, problematizando e inserindo conteúdo a partir de questões reais, seja um processo de formação que possua efeitos multiplicadores (de especialistas para técnicos formadores, de técnicos para conselheiros e para a população em geral) em cada município.

A tabela a seguir aponta para a evolução das populações rurais e urbanas em Itabaiana e os respectivos municípios da microrregião de Itabaiana destacando tanto no que se refere à população rural quanto na população urbana residente no município. Com isso, é relevante ressaltar que mesmo não apresentando suas principais atividades econômicas ligadas a

agricultura, é importante apontar para o fato de a população rural do município ser a maior da microrregião mesmo que, em termos relativos, represente menos de 25% da população total do município.

TABELA 01 .Evolução da população rural e Urbana na microrregião Agreste de Itabaiana e em seus respectivos municípios 1991-2010.

	Rural			Urbana			Total		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Areia Branca	7.088 64,8%	8.015 54,1%	8.666 51,4%	3.846 35,2%	6.809 45,9%	8.191 48,9%	10.934 100%	14.824 100%	16.857 100%
Campo do Brito	8.509 63,4%	8.259 54,4%	8.419 50,3%	4.911 36,6%	6.916 45,6%	8.330 49,7%	13.420 100%	15.175 100%	16.749 100%
Itabaiana	23.401 36,3%	21.341 27,8%	19.258 22,1%	41.045 63,7%	55.472 72,2%	67.709 77,8%	64.446 100%	76.813 100%	86.967 100%
Macambira	3.608 72,6%	3.636 62,7%	3.338 52,1%	1.360 27,4%	2.166 37,3%	3.063 47,8%	4.968 100%	5.802 100%	6.401 100%
Malhador	5.655 56,6%	6.614 57,6%	6.416 53,3%	4.327 43,3%	4.867 42,4%	5.626 46,7%	9.982 100%	11.481 100%	12.042 100%
Moita Bonita	6.737 72,9%	7.125 66,2%	6.401 58,2%	2.495 27%	3.633 33,8%	4.600 41,8%	9.232 100%	10.758 100%	11.001 100%
São Domingos	4.703 60,6%	5.356 57,8%	5.124 49,9%	3.049 39,3%	3.904 42,1%	5.147 50,1%	7.752 100%	9.260 100%	10.271 100%

FONTE: IBGE – Censos demográficos, 1991-2010
 ORGANIZAÇÃO: José Carlos dos Santos, Julho, 2015.

Com base nos dados apresentados acima, torna-se importante destacar o papel do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDS), que o mesmo é responsável por pensar e repensar a aplicação dos recursos públicos destinados ao meio rural de Itabaiana, e pelo fato da inter-relação mantida entre os municípios da microrregião, a aplicabilidade dos recursos acaba tendo reflexos nos municípios que se encontram no entorno de Itabaiana.

O Conselho é a entidade pública que vai possibilitar para a comunidade entender o funcionamento das políticas públicas no âmbito municipal, através da aprovação de projetos acompanhando as contradições existentes no meio rural, e os entraves enfrentados pelas políticas públicas destinadas para o meio rural, mesmo que seja uma análise preliminar. Neste sentido, para facilitar a compreensão da pesquisa foi selecionado alguns dos projetos que foram aprovados e executados pelo Conselho, acompanhando as contradições no âmbito municipal discutindo os entraves das políticas públicas fazendo uma relação com os projetos assinados e executados nos por Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável, sendo

reveladas através dos dados as comunidades que foram beneficiadas com recursos dos projetos.

O entendimento das políticas públicas no âmbito municipal tendo como ponto de partida o Conselho, os projetos do CMDS aconteceram entre o período de 2011-2012 dentre este projetos estar sendo destacado três o de cisternas que veio beneficiar a comunidade aumentando a oferta de água potável para consumo de populações residentes em municípios com escassez de recursos hídricos, reduzindo as doenças causadas pela ingestão de água contaminada.

No entanto, outro projeto que vale apenas ressaltar foi o de beneficiamento de Castanha no povoado Carrilho, localidade que apresenta a atividade, com a principal fonte de renda para boa parte das famílias do povoado que vendem o produto e conseguem através dele aumentar sua fonte de renda que é complementada pela agricultura, já que maior parte da atividade é realizada por mulheres e o Conselho com seu suporte logístico veio fomentar a produção e possibilitando maior renda para comunidade.



Figura 01: Beneficiamento da Castanha Povoado Carrilho.
Fonte: Trabalho de campo CMDS Junho de 2016

Um dos projetos que vem completar esta análise sobre a atuação do Conselho na comunidade é do Armazém Comunitário no povoado Mangabeira, onde a associação rurais do perímetro da Ribeira necessitava de um espaço para armazenar os insumos recebidos pela

políticas públicas através do Conselho e também os produtos que foram produzidos no perímetro irrigado antes de acontecer o escoamento da produção.



Figura 02: Armazém Comunitário no Povoado Mangabeira.
 Fonte: Trabalho de campo CMDS, Junho de 2016.

Nesse sentido, um ponto negativo em relação ao Conselho é o fato que durante o triênio de 2013-2014 e 2015 não aconteceram aprovações dos projetos, pelo seguinte motivo, a questão política, que é um dos maiores entraves para o não êxito das políticas públicas destinadas para o desenvolvimento no âmbito municipal, vem prejudicando a execução dos projetos e no desenvolvimento perante a comunidade. O CMDS além de abranger a zona rural, também compreende um conjunto de bairros do município.

Quadro 01- Relação dos projetos assinados na PRONESE 2011/2012

Tipo de construção	Quantidade (Unidade construídas)	Número de projetos (localidades beneficiadas)	Executados	Em execução
Cisternas	225	13	209	16
Poço artesiano	02	02	02	00
Poço artesiano	03	03	02	01
Passagem molhados	01	01	01	00
Armazém Comunitário	01	01	01	00
Benef.de Castanha	01	01	01	00
Total	06	233	216	17

Fonte: CMDS (Conselho Municipal Desenvolvimento Sustentável), 2015.
 Organização: José Carlos dos Santos, Setembro, 2015.

Fica evidente que dentre os projetos listados acima a maior quantidade de recursos foram destinados para o uso das cisternas, tendo em vista que devido à irregularidade climática do Agreste sergipano, se faz necessário desses armazenadores de água para garantir um verão mais tranquilo para as comunidades beneficiadas com esse projeto assim, está relacionado outro neste mesmo contexto que é a criação de poços artesianos para sanar problemas de abastecimento de água possibilitando o cultivo agrícola e também a pecuária. Os outros projetos foram mais voltados para organização das comunidades como um todo, pois atingiu maior quantidade de famílias.



Figura 03: Cisternas via PRONESE

Fonte: Trabalho de campo CMDS, Povoado Flechas Itabaiana Se 2016

Assim, em áreas pobres como é o caso do meio rural que está sendo estudado, o Estado vem a se consolidar como um importante agente para o fortalecimento do setor, destacando-se, ainda, que o meio rural não deva ser ligado apenas ao atraso como ressalta Graziano (1997), já que se torna importante apontar a presença de outro tipo de agricultor o qual necessita da participação do Estado, na estruturação econômica e social.

O Conselho foi criado em 2009, mas, os seus projetos só existiram a partir do período 2011/2012, como pode ser observado no quadro acima, este fato aconteceu porque o município não era aliado ao governo, e como é típica em cidades de pequeno porte, a

influência política permeia as decisões importantes. Sendo assim, o Conselho municipal enviava os projetos, mas, os mesmos não eram aprovados devido à questão política, na qual acaba atrapalhando o êxito das atividades do Conselho no que se refere a questão dos conselheiros ligados a esse jogo político, assim, se tornando um empecilho para as políticas gerando entraves e contradições no âmbito municipal.

A falta de organização por parte dos membros do Conselho está impossibilitando que os projetos elaborados ou financiados tenham êxito na sua função importante na vida dos agricultores familiares que necessitam dessas atividades para desenvolver uma dinâmica social e econômica na vida das comunidades beneficiadas na tentativa de proporcionar o empoderamento social para estas famílias que fazem parte das associações vinculadas ao Conselho. Como o Conselho é um órgão consultivo e deliberativo vinculado à Secretaria de Agricultura que realiza suas atividades em ação-conjunta com várias entidades sociais, que circundam toda a microrregião de Itabaiana, na gestão entre o intervalo de tempo dos anos de 2010-2012, os dados revelam o Conselho desenvolveu maior número de atividades. Aconteceu com maior frequência à mobilização de projetos com visitas as associações comunitárias para notificar as associações com projetos protocolados em parceria com os consultores do PRONESE, empresa responsável pelo financiamento dos projetos sociais, os quais são de grande relevância para a comunidade.

A partir dessa análise pode-se afirmar que o Estado tem um papel importante para que as políticas públicas tornem-se efetivamente descentralizadas, não há como o mesmo desencadear um processo e retirar-se para aguardar os acontecimentos. O Estado, visando à gestão e o monitoramento social, podem atuar no sentido de garantir o acesso a informação, o comprometimento dos atores locais em relação aos recursos destinados pela política e uma relativa equidade entre os conselheiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por conseguinte, o trabalho vem apresentar a necessidade da intervenção do Estado na transformação do meio através das políticas públicas por meio de um processo de gestão social, a fim de capacitar os agricultores para que possam assumir o compromisso e a responsabilidade de organizar uma nova geração de agricultores mais autoconfiantes, tecnicamente com mais competência para viver sem a dependência das políticas compensatórias oriundas do governo, sendo capazes de pensar em múltiplas alternativas para soluções de suas ineficiências.

Dessa forma, o trabalho é realiza uma análise a respeito das atividades que buscam uma proximidade entre os Conselhos municipais e os agricultores na tentativa de realizar o empoderamento social para essas famílias, com o intuito de realizar uma dinamização econômica e social na vida das pessoas que vivem no campo, buscando combater a pobreza criando novas oportunidades de emprego.

Por isso, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável tem papel de intermediar os interesses da comunidade perante o Estado, sabendo que os agricultores mesmo que façam parte de associações não têm o aparato jurídico para buscar recurso junto ao poder executivo, com intuito de promover o empoderamento social na vida das pessoas que fazem parte da comunidade. O que é importante considerar é que a gestão do desenvolvimento local e de políticas públicas é um processo de aprendizado pelo qual a sociedade brasileira vem passando, tanto para os formuladores de políticas, quanto para os diversos atores sociais.

Portanto, esse trabalho buscou reunir elementos que contribuam para a compreensão do comportamento da agricultura familiar contemporânea, em que as unidades familiares buscam novos mecanismos de sustentação dos indivíduos no meio rural. Dessa maneira, torna-se importante destacar a importância do Estado na formulação e aplicação de políticas públicas no agreste de Itabaiana, em que os agricultores necessitam da orientação dos órgãos públicos competentes, os quais poderão fornecer elementos, não apenas financeiro como técnico, proporcionando assim a possibilidade de inserção desses agricultores no sistema produtivo atual, o qual exige cada vez mais racionalidade para diversificar e gerir as rendas.

Com isso, verificou-se, a dificuldade da maioria dos agricultores em apresentar racionalidade econômica para retratar os ganhos oriundos das atividades agrícolas, diante da diversidade das rendas encontradas nesses domicílios, assim acabam não sabendo a verdadeira importância da atividade agrícola na sustentação do domicílio. Nesses termos, o estudo pode proporcionar novos olhares sobre a realidade rural, assim como, estratégias de intervenção pública, fornecendo elementos que contribuam para a inclusão dos pequenos produtores no sistema produtivo diante dos desafios presentes no espaço geográfico estudado, ao tempo que amplia o debate acadêmico e político a respeito das políticas de desenvolvimento rural nos dias atuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCARINI, José Honório. **Pólos de Desenvolvimento Integrado do Nordeste Brasileiro e**

Capital Social. Revista econômica do nordeste, Fortaleza, v. 33, n. 1, jan-mar. 2002.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Conselhos além dos limites**. Porto Alegre: Secretaria da

Agricultura e Abastecimento/EMATER-RS/ASCAR/FETAG-RS/GTZ/PRORENDA, 2001,29 p. (Série Textos Seleccionados, n. 23).

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. 3.ed. Rio de

Janeiro: Garamond, 2002. 180 p.

BRANDENBURG, A; FERREIRA, A.D. D; RODRIGUES, A. S; SILVA O. H. S; **Resistência e Empoderamento no mundo rural** In: Revista Estudos Sociedade e Agricultura; ano 15, Volume 01, abril 2007.

CARNEIRO, Maria José. **Agricultura Familiar e Pluriatividade: Tipologias e políticas.** Unicamp em Março de 1999

CARVALHO, D. M. de, COSTA, J. E. da. **Cadeia Produtiva das Hortaliças em Itabaiana/Se: O Caso da Produção e da Comercialização nas Áreas Irrigadas.** In: **Desenvolvimento territorial, agricultura e sustentabilidade no Nordeste.** (Organizadores) Diana Mendonça de Carvalho, Fernanda Viana de Alcântara, José Eloízio da Costa São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

FRANCO, Augusto de. **Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e Sustentável.** Brasília, 2000 (Nova Versão). Disponível em:

www.negocionacional.com.br/dlis.htm. Acesso em: 16 de outubro de 2003.

GRAZIANO DA SILVA, José. & DEL GROSSI, M. E. **A evolução da agricultura familiar e do agro business nos anos 90.** In: RATTNER, H. (Org.) **O Brasil no limiar do século XXI.** São Paulo: EDUSP, p. 139-158, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A industrialização e urbanização da agricultura brasileira.** Versão de um trabalho apresentado ao projeto Iris/Dessepulta fevereiro de 1993, p.1-9

GRAZIANO DA SILVA, José, **O novo rural brasileiro.** Nova Economia, v. 7, n. 1. Belo Horizonte- MG, 1997. P. 43-81

GOHN, M. G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002. 120p

LOPES, Eliana Sérgio A. **A pluriatividade na agricultura familiar do Estado de Sergipe.** In: **Territórios Rurais e Agricultura Familiar no Nordeste.** São Cristóvão: Editora UFS, 2009

MARTINS, José de S. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária.** Porto Alegre, RS: UFRGS, 2003.

MENDES, Marcelo Alves. **Os (des) caminhos geográficos e a pluriatividade na agricultura familiar: aspectos teóricos e cotidianidade da agricultura familiar no Nordeste.** 1. ed. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2014. v. 200. 261p.

MENDES, Marcelo Alves. **Agricultura familiar e novas ruralidades em questão: uma análise teórica**. In: O fazer geográfico: teoria e prática. (Organizadoras) Márcia Eliane Silva Carvalho, Ana Rocha dos Santos. São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

NASCIMENTO, H. M. **Capital Social e Desenvolvimento Sustentável no Sertão Baiano: A Experiência de Organização dos Pequenos Agricultores do Município de Valente**. Campinas: Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP: 2000.

NAVARRO, Z. (2001) “**Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**”, Revista Estudos Avancados, 16 (44): 83-100.

NAVARRO, Z. (1999) **Manejo de recursos naturais e desenvolvimento rural: um estudo comparativo em quatro estados brasileiros (lições e desafios)**. Relatório ao Banco Mundial

PINHEIRO, S. L. G **O enfoque sistêmico e o desenvolvimento rural sustentável: uma**

Oportunidade de mudança da abordagem hard-systems para experiências com soft-systems.

Porto Alegre: Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável – EMATER/RS, v.

i, n.2, abr/mai/jun, 2000. p. 27-35.

SANTOS, J.C.Dos; MENDES, Marcelo Alves. **Gestão social e democratização das políticas públicas para o meio rural do nordeste brasileiro**. Anais do VII simpósio Internacional de Geografia Agrária. Goiânia-Go: Editora da UFG, 2015. v. único. p. 593-605.

SAMPAIO, Carlos A. C. **Gestão organizacional estratégica para o desenvolvimento.**

Sustentável. Itajaí: Editora da Univali, 2000. 138 p.

SCHNEIDER, Sérgio. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate** In: Revista de Economia Política, vol. 30, n 3 (119), pp. 511-531. Julho-setembro/2010

SCHMIDT, Wilson; TURNES, Valério A. **Desenvolvimento local em Espaços rurais: a construção de um “território” nas Encostas da Serra Geral, em Santa Catarina**. In: Agricultura e espaço rural em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003. pp. 287-307.

ROMANO, Jorge O. **Empoderamento: Enfrentaremos Primeiro a Questão do poder Para Combater juntos a pobreza.** International Workshop Empowerment and Rights Based Approach in Fighting Poverty Together, , Rio de Janeiro, Brazil, 4th to 6th September 2002.